

# **A PAZ MUNDIAL**

## **(NOS 70 ANOS DA NATO)**

**ADRIANO MOREIRA**

Presidente do Instituto de Altos Estudos  
da Academia das Ciências de Lisboa  
Professor Emérito  
da Universidade Técnica de Lisboa

O século XX teve, nas duas guerras que foram chamadas mundiais, os dois acontecimentos que avisaram da deriva para o Outono Ocidental, sem bússola confiável, em que nos encontramos. Nos dois casos, quer no conflito de 1914-1918, quer no conflito de 1939-1945, os EUA foram determinantes para a vitória, mas não pode esquecer-se que nos textos dos Tratados finais, está a distinção entre aliados e associados. Os EUA assumiram esta identificação última. Todavia, nas duas guerras, onde a sua intervenção foi determinante, para a vitória, também nos dois casos foi decisiva para a mudança da estrutura política da Europa, acompanhada da definição, então fortalecida, do Ocidente. De facto, foi o Presidente Woodrow Wilson, moderando os rigores de Clemenceau, que implantou o modelo “Estado Nacional” como elemento essencial da unidade europeia, extinguindo os Impérios: Alemão, Austro-Húngaro, Turco, e Russo, para, finalmente, os EUA não entrarem na Sociedade

das Nações. Esta definição não apagou a recordação europeia da “*belle époque*”, a qual, nota Jacques Barzun, “deve-se aos grandes sucessos artísticos da Década Cubista e aos espíritos extraordinários que promoveram a reforma social e forçaram uma reviravolta política que modelou a conceção atual do Estado para todo o Ocidente”: na sua observação agenda Wells, Chesterton, Belloc e Shaw. Mas a chamada “reviravolta” nas sedes políticas europeias, não extinguiu, depois da paz da guerra de 1914-1918, o facto europeu de “*La main mise sur le monde*”, que o famoso Raymond Aron diagnosticou deste modo: “o impulso propriamente político parece mais forte do que as motivações económicas. A ambição de grandeza e de glória que animava os governos pesam mais sobre o decurso dos acontecimentos, do que a influência mais ou menos camuflada das sociedades anónimas”. Anatole France pregava no deserto quando, já em 1905, se manifestava contra o que chamou “*la folie coloniale*”. A Europa, parecendo tratar o seu Império Colonial Euromundista como destinado a ser ignorado pela história do futuro, movimentou-se no sentido de aprofundar a democracia, mas sem conseguir impedir o crescimento dos regimes autoritários: com Horthy na Hungria (1920, Riviera em Espanha, e Mustafa Kemal na Turquia (1923), Pilsudski na Polónia (1926), Salazar em Portugal (1928). A crise dos anos 30 abalou o sonho do regresso à vida habitual, atingindo profundamente a Europa e a evolução para a democracia, com exceção da França e do Reino Unido,

aproximando-se da tragédia totalitária: o nazismo na Alemanha de Hitler (30 de janeiro de 1933), num quadro em que se destacaram, sucessivamente, o General Metachas na Grécia (1936), o Coronel Beck na Polónia (1935), Dolfuss na Áustria (1933), e, na fronteira peninsular portuguesa, a Guerra Civil em Espanha, com as Forças Armadas chefiadas pelo General Franco, que durou de 1936 a 1939, como que um prefácio à Guerra Mundial que se aproximava. Os esforços que Aristides Briand pela França, e Gustav Streseman pela Alemanha, tinham desenvolvido para consagrar a Paz pelo Pacto de Locarno, no qual a Alemanha aceitara a fronteira de 1918, fora uma sombra que diminuía a visibilidade do revisionismo de Hitler, que conduziu à tragédia de 1939-1945. De novo os EUA, depois de atacados traiçoeiramente pelos japoneses em Pearl Harbor, tendo já assinado a Carta do Atlântico com Churchill em Agosto de 1941, vieram, por decisão do Presidente Roosevelt, ajudar a vencer a guerra, e pela segunda vez num século, desenhar o projeto de governança mundial com a criação da ONU, e pondo um ponto final na legitimidade do Império Colonial Euromundista, lembrando a advertência de Anatole France. A vitória contra o nazismo de Hitler, despertou a ameaça da antiga aliada soviética, primeiro de Hitler e depois dos ocidentais, com o seu projeto de subverter a Utopia Europeia do “mundo único” e da “terra casa comum dos homens”. Desta vez, foi apenas conseguido um equilíbrio de “Metades”, com duas Europas, duas Alemanhas,

duas Cidades de Berlim, e com as guerras que se multiplicaram no desfazer do Império Colonial Euromundista, em que Portugal teve a sua parte. O jornal *Le Combat*, de 8 de Maio de 1945, referiu-se à paz nestes termos: “esta imensa alegria coberta de lágrimas”. As lágrimas eram causadas pelo balanço monstruoso do desastre que incluía, só na Europa, 30 milhões de mortos, as destruições de cidades, bairros inteiros desaparecidos em Londres, a miséria dos vivos, mas rapidamente crescendo a esperança de um novo futuro que vencesse o desespero. O capítulo que se iniciou teria de incluir uma longa introdução que foi chamada “Guerra Fria”. Antes do fim da guerra, nas Conferências de Teerão (novembro de 1943) Yalta (fevereiro de 1945), Roosevelt, Churchill, e Estaline, tinham procurado encontrar um acordo sobre o futuro do mundo e, em primeiro lugar da Europa, mas as ambições da União Soviética levaram a que pedissem a Churchill, embora já vencido nas eleições no Reino Unido, que chamasse os europeus da democracia a reconhecer que os soviéticos, em todos os países que as suas tropas tinham ocupado – Polónia, Checoslováquia, Bulgária, Hungria, Roménia, Jugoslávia, Albânia – tinham assumido o poder. As palavras, de 5 de março de 1946, foram estas: “De Stettin no Báltico a Trieste no Adriático, uma cortina de ferro caiu sobre o continente”. Nessa data da certidão de debilidade da Europa democrática, os EUA assumiram que na unidade mais vasta, o Ocidente de que eram a parte mais jovem e mais forte, exigia uma decidida intervenção,

de reconstrução e autenticidade, tendo em vista os princípios que inscreveram na Carta da ONU, e que diziam respeito a todos os povos da terra. Logo em 12 de março de 1947, o Presidente Truman lança o apelo geral no sentido de “conter o comunismo”, e em 5 de junho seguinte o General Marshall anunciou ajuda financeira a todos os países europeus, um desafio a que Andrei Jdanov, em setembro, respondeu que o mundo ficava dividido em “dois blocos irreconciliáveis”. O projeto de ocidentalização do mundo, que Portugal iniciara, e que a Carta da ONU transformara num projeto que, na linguagem posterior de Mandela, seria um “Arco Íris” de harmonia, estava em suspenso, perguntando a historiadores se “a era europeia chegara ao fim”. A notável geração de Estadistas ocidentais que enfrentou a crise sem precedentes históricos, desenvolveu um projeto de segurança, traduzido na organização do Tratado do Atlântico Norte, desencadeou um processo de recuperação dos Estados arruinados pela guerra, que seria semeado de apelidados milagres, enquanto o “espaço soviético” se afundava interiormente, até à queda da “cortina de ferro” que Churchill denunciara. Tinham passado quatro anos sobre o suicídio de Hitler (1945), quando o ano de 1949 ficou assinalado por factos fundamentais: assinatura do Pacto Atlântico em 4 de Abril, criação da República Federal Alemã em 23 de maio, Mao Tsé-Tung funda a República Popular da China, e em 7 de outubro é anunciada a criação da República Democrática Alemã. Hoje

podemos reconhecer que foi a “segurança” que permitiu a recuperação de cada Estado ocidental que a guerra destruíra e o projeto soviético ameaçava, e ao mesmo tempo fez aos europeus compreender que a “unidade europeia”, que havia século parecia uma “utopia política”, era o método que poderia colocar um ponto final na longa história dos conflitos internos. O Tratado do Atlântico Norte, que é uma aliança militar, geralmente conhecida como NATO, foi assinado, em 4 de abril de 1949, e no artigo 5.º definia que os seus Membros apoiam qualquer Membro sujeito a um ataque armado. Curiosamente, os historiadores fixam a consolidação da Aliança, sob liderança dos EUA, com o desafio da Guerra da Coreia e, depois, a rivalidade do Pacto de Varsóvia firmado em 1955. Não pode ignorar-se que a relação, tendente para hierarquizada, entre europeus e EUA, foi por vezes objeto de dúvidas sobre a capacidade de a Aliança responder com êxito a uma invasão soviética, sendo relevante a inquietação francesa que levou à sua tentativa de autonomia nuclear e afastamento da NATO por algum do tempo gaulista. O facto histórico é que a segurança foi o valor básico e fundamental com que a solidariedade dos 29 Membros europeus e americanos impediu a realização do pesadelo da rápida marcha dos soviéticos até ao Canal da Mancha. Entretanto, dando razão ao conceito de François Jacob, segundo o qual “ninguém pode adivinhar o trajeto que a História traçar. Nada está definitivamente jogado”, a Europa esmagada

politicamente, e economicamente destruída, pela guerra, sob a inspiração de Jean Monnet, bom conhecedor dos falhados passados projetos da unidade europeia, e autoridade dos líderes democratas-cristãos Robert Schuman pela França, Konrad Adenauer pela Alemanha, e Gasperi pela Itália, com os seguros apoios dos EUA, conduziram ao chamado “milagre alemão”, ao “milagre italiano”, e, como os franceses preferem dizer, aos “trente Glorieuses” anos de crescimento contínuo desde 1945 até ao choque petrolífero de 1973, e início da grande crise mundial. Os militares que sustentaram a estratégia de segurança que permitiu os milagres, devem sentir-se recompensados, e os ocidentais agradecidos, com a redefinição da sua função depois da queda do Muro de Berlim, e desmoronamento do Bloco do Leste em 1980, que podemos considerar assumido pela criação do Conselho da NATO – Rússia, depois dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, todos em pé de igualdade. Mas porque a vida, como ensinara Ortega, é “antecipação e projeto”, a circunstância do nosso tempo desafia a redefinição da função, se alguma, da NATO para responder à mudada circunstância. Já não se trata do soviétismo que morreu por factos internos em que a NATO participou sobretudo por existir, no sentido mais pleno da palavra. Mas a circunstância atual levou Samuel Huntington, Conselheiro do Pentágono, a prognosticar que (1993) o paradigma da política externa seria agora “A Clash of Civilizations”, e que Hans Küng, o organizador da Fundação

da Ética Mundial, propôs corrigir no sentido de que “não há paz mundial sem paz religiosa”. Por isso, dedicado profundamente ao estudo das três religiões mais importantes – cristianismo, judaísmo, e islamismo – fez esta síntese: “não há paz entre as nações sem paz entre as religiões. Não há diálogo entre as religiões sem pesquisa de base entre as religiões”. Não parece que haja contradição entre a conclusão do académico e estadista Huntington e a do Professor Padre Küng, exceto se não se admitir que a religião é parcela fundamental das conceções culturais diferenciadas. E nesta data, em que a soviétismo anda nas terras ocidentais mais substituído pelos populismos, os mais inquietantes destes são os dirigidos por “eucratas” já no poder, ou em busca dele, e até subitamente o Irão tende para ser identificado como “o outro” que ocupa parte do vazio aberto pela queda do soviétismo. Outros emergentes desafiantes se perfilam, incluindo a ambição da China recuperar a soberania nas águas que há séculos deixou de navegar, a nova Rússia a querer fazer respeitar uma fronteira de interesses mais vasta que a fronteira geográfica, ou, para ser breve, o antigo chamado “terceiro mundo” a multiplicar as atitudes agressivas. Até à queda do soviétismo Portugal foi sempre membro leal da NATO, convidado pelos EUA e pelo Reino Unido, sobretudo pelo *poder funcional* derivado dos Açores, sem impedimento do regime, citando-se por isso um comentário (janeiro de 1951) do General Eisenhower, que seria o seguinte: “de

todos os estadistas europeus com quem conversei, Salazar pareceu-me o mais lúcido e avisado”. A gestão das relações com os EUA foi prudente e acertada, o cuidado no sentido de não ser esquecido que a Península tinha dois Estados foi observado, Portugal participou com êxito nas missões que foram alargando a projeção internacional da NATO, e respondeu com honra, sustentada pelas suas Forças Armadas, às exigências do Conceito Estratégico aprovado em 2010, em Lisboa: defesa coletiva, gestão de crises, e segurança cooperativa.<sup>1</sup>

Acontece que, nesta data da celebração dos 70 anos da NATO, a circunstância, uma variável cuja identificação marcou o pensamento de Ortega, obriga a séria meditação sobre a resposta que a realidade ocidental, com o valor do atlantismo a ligar as parcelas União Europeia e EUA no Atlântico Norte, dará à mudança de desafios, que a NATO não poderá omitir. Em primeiro lugar, as questões internas da União Europeia a que o Cordão de Segurança da NATO deu viabilidade. Em primeiro lugar o conceito estratégico que venha a ser o da União, se algum, quando o quadro partidário, a que dá expressão o Parlamento Europeu, tem uma complexidade que faz esquecer a definição ideológica da fundação, sem até agora revelar estadistas da estatura dos fundadores. Não podendo ignorar-se que o Parlamento é o único órgão eleito, basta pensar que

---

<sup>1</sup> Ver a síntese sobre “*Portugal e a NATO – Breve ponto da situação*”, do Tenente- Coronel José Brandão Ferreira, in *Revista Militar*, n.º 2607, abril de 2019.

em França, na eleição de 29 de maio corrente, apareceram trinta e quatro listas para designar 79 eurodeputados, sobre os 751 que estarão em Estrasburgo, se o Reino Unido também comparecer. Neste pluralismo destaca-se o fenómeno dos “populismos”, em busca do “verdadeiro povo”, com destaque para o Grupo Europeu das Nações e das Liberdades (ENL), a limitação das liberdades na Áustria, o Vlaams Beling da Bélgica, a Liga Italiana, os verdadeiros Finlandeses, os Polacos da Lei e Justiça (PiS), os eucráticos do chamado UKIP, o movimento alemão saudoso do nacional-socialismo, e, sem esgotar a enumeração o partido de Jean- Marie Le Pen, quando a autoridade da Chanceler da Alemanha enfraquece, e o fugaz prestígio do Presidente Macron vai desaparecendo. Jérôme Fouquet conclui que “hoje toda a gente luta por uma Europa diferente, transformada do interior. Mas, entre os principais candidatos ninguém já propõe o salto federal... todos falam de ecologia e desejam uma Europa que proteja, uma Europa mais social”. As linhas profundas de clivagem são reduzidas, temos antes umas cinquenta variedades de cinzento. Entre nós, o sereno e profundo observador que é Viriato Soromenho-Marques (*Depois da Queda, a União Europeia entre o reerguer e a fragmentação*, 2019) conclui: “Insisto, a UE está à beira de um declive para onde resvalará se o presente rumo não for alterado, daí resultando uma fragmentação de consequências negativas,

imprevisíveis, mas com toda a certeza de enorme impacto, não só para o velho Continente, mas para a ordem global”.

Acontece que a nova circunstância revelou internamente um conjunto de desafios que nenhum Estado europeu pode enfrentar isolado – o ambiente, as migrações, a crise económica e financeira, o euro a favorecer o modelo de Diretório inseguramente assumido pela colaboração França-Alemanha, a multiplicação dos populismos, o desarrumado Brexit do Reino Unido –, e o desencontro entre as democracias ocidentais com meio século de ensaio do método cooperativo, em face dos Estados vindos da derrocada soviética com meio século de luta para recuperar a soberania – tudo com a consequência de generalizado sentimento da necessidade de reforma política, mas sem clareza de projetos para além do amparo semântico dos possíveis sentidos do Federalismo ou da União reinventada. Mas, como que repensando o ambiente que rodeou o início da União, a mudança radical da problemática da segurança. É quando os factos exigem assumir o desafio da segurança no Atlântico Sul, que dá relevo ao “Triângulo Estratégico Português”, que o ataque às Torres Gémeas de Nova Iorque (2001) mostrou que os progressos da ciência e da técnica permitem que o *fraco* atinja o *forte*, que o populismo invade o sistema político americano na linha da “traição das elites”, o que levou o jornalista Sylvain Cypel a ter

considerado o “trumpismo” como um “estilo paranóico”, por ter trocado o conceito histórico americano de que “os EUA são a maior Nação do Mundo”, pela versão da “excecionalidade” dos EUA, e, acrescentemos, da convicção pessoal do Presidente do seu excecional relevo histórico. As suas intervenções – Israel, Coreia do Norte, Irão, Tratado de Paris, financiamento da NATO, intervenção pregadora no Reino Unido, mostram que o valor do “atlantismo” no todo “Ocidente” tende para ser minorizado pelo ressurgir do antigo conceito americano de que a marcha em direção ao Pacífico é o destino manifesto da Nação.

Depois da anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, e das suas ambições sobre a Ucrânia, ficaram afetados os valores, princípios, e objetivos acordados em 1997 pela NATO-Rússia Founding Act, e pela Declaração de Roma de 2002: é mútua a acusação da ambição expansionista, dando a Rússia especial relevo à intervenção na sua reclamada esfera de influência, designadamente o facto de os europeus assumirem a perspectiva de integrar a Ucrânia e a Geórgia, assim como as intervenções ocidentais no Kosovo, no Iraque, e na Líbia.

Em resumo, se Trump prefere lidar com a pluralidade de Estados europeus isoladamente, a União Soviética não aprecia que o antigo espaço da sua meia

Europa se tenha integrado na União. A circunstância tende para projetar uma imagem de triângulo em competição, China Rússia, EUA. Nesta imagem a União parece dar prioridade às questões económicas, descurando averiguar e assumir um papel no plano geoestratégico. De novo a segurança é desafiada para garantir em primeiro lugar imunidade razoável em relação aos efeitos da competição no triângulo EUA-Rússia-China, e ganhar uma respeitabilidade suficiente para ter voz na renovação da governança mundial, que evite a catástrofe que será a falência da substituição do *hard power* a que recorre o populismo de Trump, pelo *soft power* que Obama tentou, e pelo *smart power* que a senhora Clinton não veio a poder usar. A circunstância que permitiu organizar a segurança indispensável à recuperação depois da II Guerra Mundial, implicou uma recuperação da estrutura política, e colocar o acento tónico na economia. A alteração da circunstância exige agora que a geopolítica intervenha no sentido, pelo menos, de enfrentar, em união, a resposta aos desafios que, como disse, nenhum país europeu pode enfrentar isolado. E por isso começou lucidamente a incluir na celebração dos 70 anos da NATO, a enumeração dos desafios estratégicos da nova circunstância. O teor da recente eleição para o Parlamento Europeu mostrou que estiveram mais presentes os problemas internos dos Estados, do que os da interdependência europeia. O que chama a atenção para o enfraquecimento do espírito dos fundadores, que responderam,

com os povos, ao apelo de Churchill: “que a Europa se erga”. O desastre da guerra, e a ameaça soviética, permitiram organizar a segurança, e dar firmeza a um conceito solidário do Ocidente, com o Atlantismo a cimentar o esforço. Nesta data, a competição multipolar exige não apenas a segurança militar, mas fortalecer o conceito de modo a responder às políticas do Triângulo em competição, EUA, China, e Rússia, cada uma evidenciando que a secundarização da União Europeia lhe é conveniente. Verificar que sair da União é difícil, está demonstrado pelo Brexit do Reino Unido, e que enfraquecer a solidariedade interna, apelando à memória do passado das soberanias irrepitível, ou aos populismos de um imaginado futuro entregue ou recebido do “verdadeiro povo”, ficou visível: não se trata realmente de formulação de um novo regime político, mas de uma crise. Uma crise na qual o fator mais inesperado é o do populismo “trumpista” que afeta a solidariedade ocidental e semeia riscos globais. Não reconhecendo que a “crise” tem uma componente exterior, a que os EUA não escapam, que é a reação contra o globalismo da secular ocidentalização do mundo, com o passivo que nos EUA abrange a liquidação dos nativos em que se destacam os iroqueses, com a submissão da antiga área colonial aos regimes extrativos, às discriminações étnicas, culturais, e religiosas; às guerras de libertação. O que inclui a importância do conflito com o islamismo, tão profundamente estudado por Hans Küng, o organizador da

Fundação Ética Mundial, para evitar que tivesse comprovação a previsão de Huntington (1993), ao vaticinar “A Clash of Civilizations”, com valores religiosos inscritos na metodologia terrorista. A crise da circunstância tem levado a discutir a circunstância de um Espírito europeu. É um tema que ganha urgência, se o espírito da NATO, que salvaguardou o espaço da restauração da Europa, não for defendido e reforçado, o que implica corrigir o desvio da liderança americana: é a fidelidade à, até hoje, utopia da ONU, exigente de garantir “um mundo único”, isto é, sem guerras, e “a terra casa comum dos homens”.

Universidade Católica – Estoril

25/06/2019